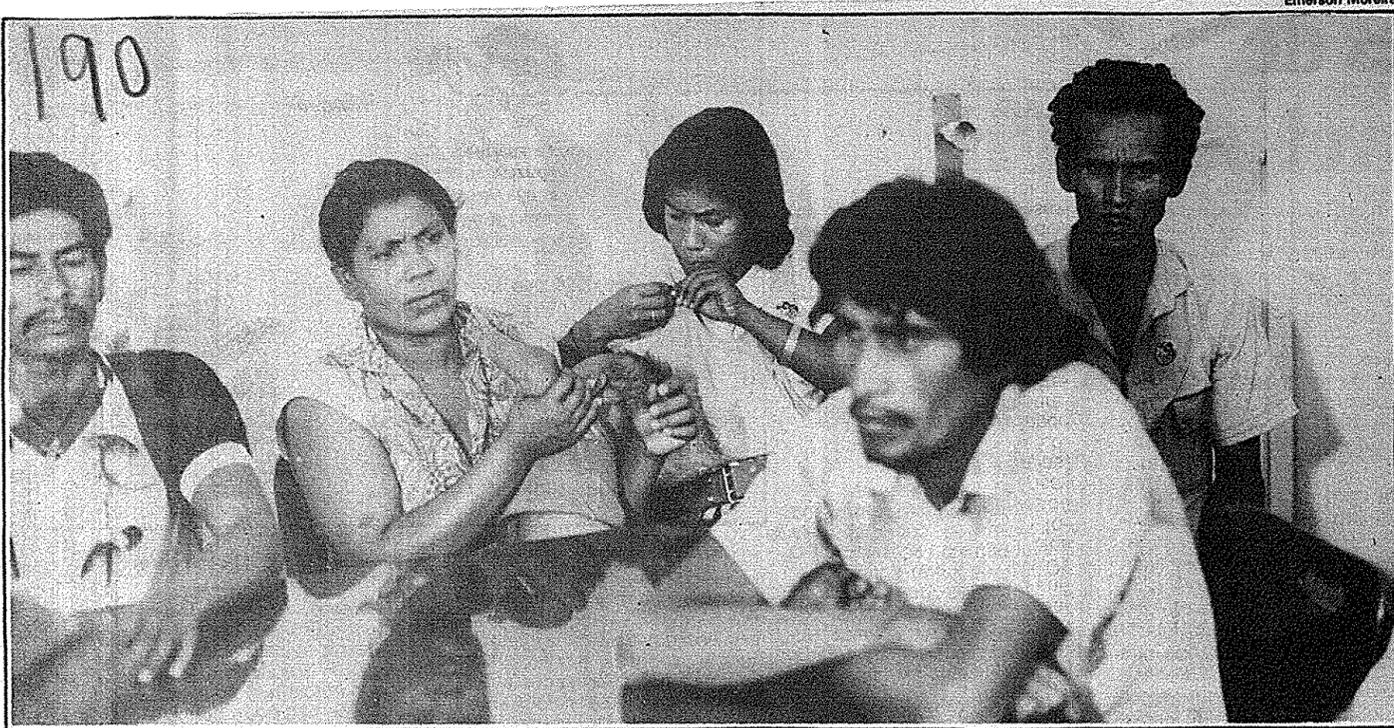


CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: d. Lúcia de Minas Class.: 146

Data: 02/04/88 Pg.: _____



Os índios mineiros já assumem suas questões e pleiteiam mais atenção do homem branco

Índios lutam pela posse da terra e reconhecimento social

Os índios que vivem em Minas Gerais continuam sem qualquer garantia de posse de suas terras. Além disso, não dispõem de programas de saúde e educação que os respeitem culturalmente, e a miséria ronda quase todas as aldeias. A denúncia é do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Para Fábio dos Santos, coordenador da Regional Leste do Cimi, o descaso da Fundação Nacional do Índio (Funai) é lamentável. O "jogo de empurra", conforme definiu o missionário, transfere os problemas que caberiam à própria Funai resolver para outros órgãos, como a Ruralminas, que tem interesses contrários às reivindicações indígenas.

As tribos mineiras são as dos Krenak, instalada no município de Resplendor (Vale do Rio Doce), com 137 índios; Maxacali, em Bertópolis (Vale do Mucuri), com 800; Pataxó, na Fazenda Guarani (Vale do Aço), composta por 132 membros; e Xacriabá, em Itacarambi (Vale do São Francisco), que tem 4.235 índios.

Fábio dos Santos é objetivo ao demonstrar a omissão da Funai: "O órgão tem todos os instrumentos jurídicos para garantir a terra aos índios e não o faz". Em julho de 84, quando havia perspectivas de democratização do país, foi organizado, com auxílio do Cimi, Fetaemg e outras enti-

dades, o primeiro e único Congresso Indígena Mineiro.

No documento final, os krenaks exigiram do governo de Minas e da Funai a agilização do processo declaratório de nulidade de títulos de propriedade de áreas dentro da sua reserva, emitidos ilegalmente pela Ruralminas. O processo corre no Supremo Tribunal Federal (STF).

Atualmente, os krenaks ocupam apenas 3% de um território que tem 4.000 hectares, na margem esquerda do rio Doce, no município de Resplendor. O processo poderá correr mais rápido se retomado o acordo proposto pelos índios e assumido pelo governo de Minas e Funai, nos anos de 83 e 84: os krenaks saem perdendo 55% de suas terras destinadas à indenização dos fazendeiros atingidos.

Os pataxós, vivendo na Fazenda Guarani, exigem que a Funai reconheça a fazenda, com 3.000 hectares, como área de ocupação definitiva e permanente da tribo. Pedem, ainda, a indenização da Cemig pela passagem de rede elétrica em suas terras. Como pagamento, querem um trator e fornecimento de energia elétrica, gratuitamente, aos 62 índios que vivem na área.

Os xacriabás pediram, no documento de julho de 84, que o presidente da República, levando em consideração o fato de área estar demarcada há muito tempo, determinasse o cumprimento da lei com vistas ao registro no Serviço de Patrimônio da União e no Cartório de Registro de Imóveis de Itacarambi. Reivindicaram, ainda, que a localidade de Rancharia fosse reconhecida como área indígena.

Outras reivindicações estavam ligadas à eliminação da falta de água nas comunidades Xacriabá de Morro Falhado, Sapé, Santa Cruz, Catinguinha, Tiririca, Veredinha, Riacho do Brejo e Barreiro Preto. A Funai deveria perfurar poços e cisternas. Com a água e condições para o desenvolvimento agrícola, pleiteavam também a manutenção de estradas no interior da reserva, para escoamento da produção. Um dado importante nas reivindicações: a proibição da venda de bebidas alcoólicas, em especial a cachaça, dentro da reserva. Finalmente, exigiam assistência médica e educacional com ensino de português e da língua nativa.

Os maxacalis, que sofrem fortes pressões, também apresentaram suas reivindicações. As terras dessa tribo estão divididas ao meio por mais de dez fazendas, uma delas de um ex-diretor da Funai, o major PM reformado Manoel dos Santos Pinheiro.



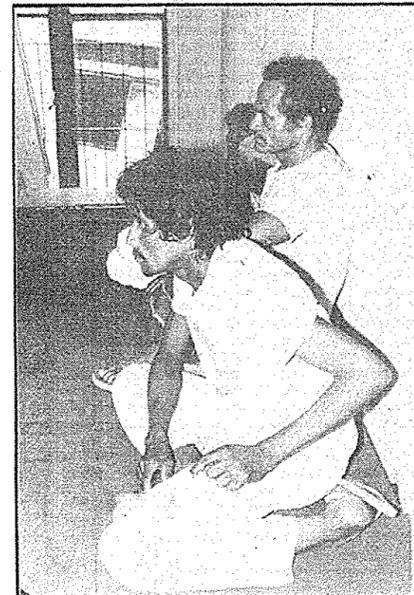
Os xacriabás não têm sido compreendidos pelas autoridades

Conflitos indígenas viram até livro

Os conflitos entre índios e brancos pela posse da terra já são constantes. Ameaças de grilagem, assassinatos e a própria atuação do pessoal da Funai e da polícia contra os povos indígenas são assuntos que deram para encher um livro: "A Luta dos Índios pela Terra", do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes).

Recentemente, uma caravana xacriabá foi a Brasília para pedir a políticos gestões junto à Funai, com o objetivo de pôr fim ao tratamento diferenciado entre os membros da comunidade que apóiam o funcionário do órgão Rodrigo (também índio) e os demais. Segundo os queixosos, as melhores áreas para lavoura e a garantia de assistência médica ficam condicionadas ao acatamen-

Flávia Carvalho



to das determinações da fundação. A caravana não foi atendida e voltou temendo o crescimento dos conflitos.

Atualmente, em várias aldeias, a febre maculosa, a doença de Chagas, os ratos e a miséria, aliados à subnutrição, têm provocado muitas mortes. As autoridades se omitem. O Cimi estuda a possibilidade de o governo federal bancar a formação de um grupo de médicos sérios e, antes de tudo, comprometidos com a vida, para a realização de um levantamento isento sobre as condições de saúde dos índios mineiros.

XACRIABÁ

A reserva Xacriabá já foi o centro do maior movimento de índios em defesa de suas terras. No ano de 1728, o governo lhes doou as terras e até 1967 os índios viveram sem problemas com brancos. Nos últimos 20 anos, a invasão cresceu assustadoramente, em decorrência de projetos agrícolas desenvolvidos pela Ruralminas.

Na década de 70, a Funai instalou um posto na reserva de 46,4 mil hectares e promoveu a demarcação da terra, reduzindo-a em um terço, o que permitiu a permanência dos fazendeiros na área ocupada. Fortalecidos, grandes fazendeiros intensificaram a grilagem e em 83 o prefeito de Itacarambi, José Ferreira de Paula, latifundiário, tentou todos os meios para tomar as terras dos índios. Até a Polícia Militar foi usada para agredir os indígenas. A coisa não saiu barata, correu

Sem programa que respeite a cultura indígena, os nativos vão sendo descaracterizados de suas práticas seculares

muito dinheiro e outras grandes grileiros da região também financiaram a ação.

Os documentos do Cedefes apontam Manoel Caribé Filho e Aécio Pereira, de Montes Claros; Paulo Roque, de Recife, e Renato Cardoso, de Januária. O primeiro conflito armado foi registrado em 85, quando os xacriabás quiseram fazer valer decisão judicial, ocupando as terras griladas pelo prefeito de Itacarambi. Dois pistoleiros e o índio Antônio Batista de Souza foram feridos.

Em maio de 85, a Fazenda Sapé, grilada pelo prefeito, foi tomada pelos índios. A partir de julho, o delegado especial de polícia de Itacarambi, Francisco Alves Neto, instaurou inúmeros inquéritos contra os índios e mais de 15 xacriabás tiveram prisão preventiva pedida. O clima de terror era grande. O juiz de Januária julgou improcedente o pedido.

Já no final de 85, cerca de 30 pistoleiros comandados por Gonçalo dos Santos atacaram os índios da Fazenda Sapé, que tiveram suas casas queimadas e animais domésticos mortos. Os agressores ficaram impunes. Nos meses de maio e junho de 86 foram registrados novos ataques de jagunços contras as lideranças indígenas. Na primeira delas, morreu o líder José Pereira Lopes. Na segunda, os índios decidiram reagir. À frente das operações estavam o pistoleiro Alfredo e o grileiro Francisco de Assis Amaro. Na época, por diversas vezes as polícias Civil e Militar promoveram o terror dentro da reserva.

Em setembro de 86, os xacriabás conseguiram expulsar todos os posseiros de dentro da reserva. O prefeito de Itacarambi inverteu o jogo, levando todos os posseiros para cidade, a fim de

promover um grande acampamento. O governo federal, até então omissivo, resolveu desapropriar a Fazenda Ressaca, das famílias Haas e Klabin, para assentamento dos posseiros.

Os proprietários recorreram e o decreto de desapropriação ficou de lado, gerando nova tensão na reserva. Os grileiros conveceram os posseiros a não seguirem a orientação de se transferir para o Projeto Jaíba, em Manga. Para os grandes latifundiários, era importante manter o clima de terror. As conseqüências não demonstraram.

Genocídio

Os líderes xacriabá Rosalino Gomes de Oliveira, Manoel Fiuza e José Pereira Santana foram mortos na madrugada de 12 de fevereiro do ano passado, num ataque comandado pelo grileiro Francisco de Assis Amaro. Todos estavam dormindo e foram mortos a tiros por 14 pistoleiros. A matança teve repercussão internacional. Oito dias após o crime, a Polícia Federal prendeu o chefe dos assassinos.

Para o missionário Fábio dos Santos, a prisão do grileiro foi um fato histórico. Mais importante ainda foi a decisão do Tribunal Federal de Recursos de não conceder *habeas corpus* aos assassinos. Destaca-se, ainda, que pela primeira vez a Justiça Federal se considerou competente para levar a júri os assassinos dos índios Xacriabá.

O processo conta com mais de 800 páginas e o Cimi acredita na condenação dos pistoleiros. O procurador da República que atuará como promotor é um "homem sério e probo", afirma Fábio dos Santos. Na defesa dos pistoleiros está o advogado Ariosvaldo de Campos Pires.